



RELATÓRIO ANUAL 2017

 **SICOOB COCRE**
Cooperativa de Crédito

**PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

Evandro Piedade do Amaral

**1º VICE-PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marcos Farhat

**2º VICE-PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Manoel Perez Neto

**MEMBROS DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

José Eurides Bombasaro

José Rodolfo Penatti

Luiz Carlos Furtuoso

Antonio Marcos Padoveze

Elis Virginia Novello

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

José Francisco Chinelato

Fabrício de Almeida Cezarin

Paulo Roberto Checoli

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz José Marabelli

Diretor-Presidente

Paulo Roberto Calixto Massarutto

Diretor Administrativo

João Batista Stringhini

Diretor Operacional

Cristiano Celso

Diretor Estratégico

Alan Roberto Canalle

Contador - CRC-1SP306127-O-9

Missão

“Garantir a excelência na entrega de produtos e serviços financeiros, adequados às necessidades de nossos associados, e a construção de relacionamento duradouro.”

Visão

“Crescer de forma sustentável e consolidar a perenidade da Cooperativa, preservando os princípios do cooperativismo, destacando-a como referência no sistema Sicoob em geração de valor para os nossos associados”.

Valores

“Nossa conduta deve refletir os mais altos padrões da ética, transparência, profissionalismo, qualidade e respeito em todos os relacionamentos”.

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	4
Perspectivas de 2018	5
Cooperativismo de Crédito no sistema financeiro	6
Histórico	7
Pontos de Atendimento	8
Responsabilidade Social e Ambiental	9
Gestão de Pessoas	10
Governança	12
Quadro funcional	12
Análise de desempenho	14
Demonstração de Sobras	14
Investimentos em 2017	15
Relatório da Administração	17
Número de associados	21
Balanço Patrimonial	22
Demonstração de Sobras ou Perdas	24
Demonstrações das multações do Patrimônio Líquido	25
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	27
Notas explicativas	29
Relatório de Auditoria	49
Parecer do Conselho Fiscal	51



MENSAGEM DO PRESIDENTE

RETROSPECTIVA DE 2017

Segundo os especialistas econômicos, o ano de 2017 poderá ser analisado no ponto de vista econômico por situações aparentemente interessantes, porém, ainda em observação.

O fim de recessão, que ganhou características de depressão, e as lentas, mas necessárias reformas estruturais.

Se por um lado, comemoramos o fim da recessão técnica que assolou o país nos últimos anos, sob o ângulo da realidade econômica vivenciamos ainda as consequências da prolongada crise recessiva, com grande número de desempregados e baixo crescimento do PIB.

Porém, nós do Sicoob Cocre, apesar do cenário econômico desfavorável de 2017, procuramos nos

concentrar no trabalho, conduzindo o processo de transição da alta administração da Cooperativa com tranquilidade e serenidade, com a visão voltada para os princípios cooperativistas, cujo desempenho demonstra a capacidade de uma equipe engajada e organizada em superar obstáculos.

Agradecemos aos nossos cooperados, colaboradores e fornecedores pela confiança depositada na alta administração da cooperativa.

Forte abraço a todos.

Evandro Piedade do Amaral
Presidente do Conselho de Administração



PERSPECTIVAS DE 2018

O filósofo e escritor Mário Sérgio Cortella, cita em um de seus livros que o grande Guimarães Rosa dizia:
“o animal satisfeito dorme”

Nós do Sicoob Cocre não estamos satisfeitos, pois tal advertência, apesar de pertinente, não se enquadra na filosofia de trabalho desta administração, como demonstrado pelo excelente resultado auferido no exercício findo.

Com base nas avaliações e projeções dos analistas econômicos, o cenário atual sinaliza uma tendência que o produto interno bruto cresça moderadamente em 2018, porém de maneira mais significativa, inflação deverá se manter em níveis aceitáveis e consequentemente os juros se manterão nos patamares atuais.

Diante do cenário mais otimista para 2018, a administração do Sicoob Cocre está ampliando o número

de pontos de atendimento, com inaugurações previstas para o primeiro semestre nos municípios de Laranjal Paulista e São Pedro. Além destes, foi inaugurada uma quarta unidade em Piracicaba, no bairro Paulista, totalizando quinze Pontos de atendimento.



Evandro Piedade do Amaral
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO SISTEMA FINANCEIRO

O Sicoob tem importante participação no cooperativismo de crédito brasileiro e, em dezembro de 2017 o Sicoob passou a ser a quinta maior rede de atendimento no Brasil, com 2.697 agências. Enquanto as instituições financeiras tradicionais fecharam mais de 1.400 agências, o Sistema expandiu 5,7% em 2017 comparado com o ano anterior.

Paralelo ao crescimento da rede de atendimento, o Sicoob alcançou a marca histórica de 4 milhões de cooperados no final de 2017. Desse total, cerca de 30% são Millennials (também conhecidos como geração Y). A evolução foi de 12,8% em relação ao ano de 2016, o que representa 456 mil novos cooperados.

A instituição ainda contribuiu para a redução do desemprego no País, movimento contrário à realidade brasileira, ao expandir em 7,9% os postos de trabalho. Atualmente o Sicoob gera 37,7 mil empregos diretos em sua área de atuação.

O crescimento do setor é atribuído a fatores relacionado à solidez e o reconhecimento da população das vantagens e diferenciais oferecidos pelas cooperativas como taxas mais baixas, participação nos resultados, amplo portfólio de produtos e serviços entre outros.



RECONHECIMENTO

O Sicoob também foi reconhecido como o 39º maior grupo empresarial do Brasil pelo anuário Melhores e Maiores da Revista Exame. O ranking tem como base as informações financeiras de grandes empresas do País, por meio de levantamento de demonstrações contábeis com o parecer de auditores independentes. Além disso, ocupou a 1ª colocação entre os grupos empresariais que mais cresceram por receita no setor de finanças no Anuário Valor Grandes Grupos.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sicoob Confederação



HISTÓRICO

Em 29 de março de 1969, iniciaram-se as atividades da Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região de Piracicaba (Cocrefocapi), com o objetivo de potencializar e auxiliar a circulação e aplicação de recursos à produção canavieira.

Atualmente com a nomenclatura Sicoob Cocre, o sistema está instalado nas cidades: Araras, Char-

queada, Chavantes, Cosmópolis, Iracemápolis, Piracicaba, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho e Santa Bárbara D'Oeste.

Entre os avanços e conquistas do ano passado, o Sicoob Cocre passou a oferecer a livre admissão de associados, plano de sucessão dos conselhos de administração, fiscal, diretoria executiva e plano de carreira para os colaboradores.

PONTOS DE ATENDIMENTO

O SICOOB COCRE ABRANGE ATUALMENTE OS SEGUINTE MUNICÍPIOS:

-  **ARARAS** - Rua Barão de Arary, 787, Centro.
-  **CHARQUEADA** - Av. Ítalo Lorandi, 729, Centro.
-  **CHAVANTES** - Rua Coronel Azarias Bueno, 437, Centro.
-  **COSMÓPOLIS** - Rua João Aranha, 298, Centro.
-  **IRACEMÁPOLIS** - Rua João Freitas, 70, Centro.
-  **PIRACICABA** - Av. Comendador Luciano Guidotti, 1.937, Anexo Centro Canagro – Caxambú.
-  **PIRACICABA II** - Rua do Rosário, 700, Anexo Acipi - Centro.
-  **PIRACICABA III** - Av. Rui Barbosa, 546, Travessa Doutor Mora – Vila Rezende.
-  **PIRACICABA IV** - Av. Dr. Edgard Conceição, 542, Bairro Paulista.
-  **RIO CLARO** - Rua 20, 900, Jardim Quitandinha.
-  **RIO DAS PEDRAS** - Rua Moraes Barros, 144, Centro.
-  **SALTINHO** - Av. Sete de Setembro, 1.434, Centro.
-  **SANTA BÁRBARA D' OESTE** - Rua Dona Margarida, 444, Centro.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O interesse pela comunidade é um dos princípios do cooperativismo. Assim, as cooperativas têm compromisso com o desenvolvimento regional, devem respeitar as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo ações de negócios e apoiando ações humanitárias, ambientais e sustentáveis.

Desta forma, em 2017, o Sicoob Cocre realizou algumas ações sociais e ambientais em benefício da comunidade.



Patrocínio da premiação (notebook e smartphone) para a Campanha dos Lacre (Superação), que consiste na arrecadação de lacre de latinha de refrigerante e afins para trocá-las por cadeiras de rodas que são posteriormente doadas às pessoas com deficiência, idosos e pessoas que precisam e não têm condições de comprar.



Palestra "Gestão de Mudanças" aberta para associados e realizada no Centro Canagro em 22 de maio.



Dia C: Plantação de horta no Lar Escola de Maria em Piracicaba em 28 de junho de 2017, com o objetivo de proporcionar novos conhecimentos e experiências aos estudantes, promover melhor desempenho motor e emocional, estimular a qualidade de vida e autonomia, além de fortalecer a consciência de uma alimentação saudável.



Outubro Rosa: Os colaboradores Sicoob Cocre e do Centro Canagro vestiram rosa e aderiram à campanha mundial que faz um alerta para todas as mulheres em relação aos cuidados preventivos contra o câncer de mama.



Novembro Azul: O Sicoob Cocre aderiu à Campanha Novembro Azul e os colaboradores vestiram-se de azul para simbolizar o apoio da cooperativa.



Aprendiz Cooperativo: O Sicoob Cocre recebeu homenagem no dia 10 de novembro do Sescoop pela iniciativa no Programa Aprendiz Cooperativo 2017. A celebração foi realizada durante o 5º Workshop de Inclusão Social, em São Paulo.



Doação: O Sicoob Cocre realizou em 15 de dezembro, a doação de brinquedos para cerca de 190 crianças assistidas pela Casa do Amor Fraterno em Piracicaba.

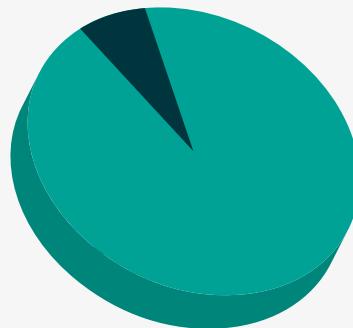


GESTÃO DE PESSOAS

Gestão de pessoas é o conjunto de estratégias empregadas por empresas para desenvolver seu capital humano. Motivação, trabalho em equipe, conhecimento, competência, treinamento e desenvolvimento são ações desenvolvidas e aplicadas no Sicoob Cocre para a valorização do quadro de colaboradores.

Em 2017, foi implantado o Plano de Cargos e Salários, bem como realizada uma pesquisa de clima organizacional, que culminou em um estudo e em novas contratações em diversas áreas, chegando a um total de 103 colaboradores.

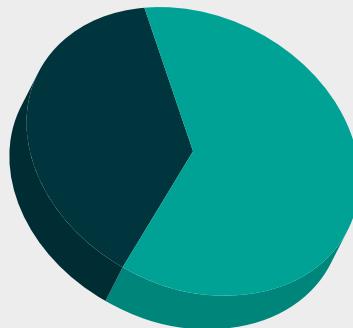
A pesquisa apontou alguns dados que salientam a satisfação do colaborador com foco crescimento profissional no Sicoob Cocre.



96,12% Sim, continuidade e possibilidade de crescimento

3,88% Não

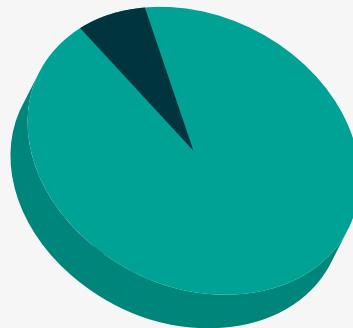
A pesquisa mostra que 68% dos colaboradores são mulheres.



68,0% dos Funcionários tem o sexo feminino

32,0% dos Funcionários tem o sexo masculino

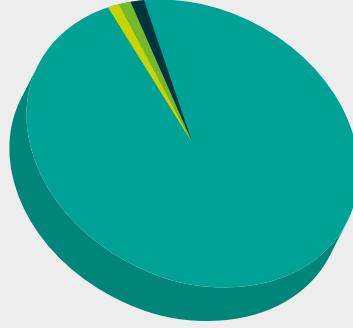
96% se sentem felizes em trabalhar no Sicoob e desejam fazer carreira profissional na cooperativa.



96,12% Sim, continuidade e possibilidade de crescimento

3,88% Não

O orgulho em trabalhar no Sicoob também foi apontado na pesquisa.



97,09% Oportunidade, Crescimento, Conquista, Realização, Orgulho, Família, Cooperação, Valorização e Responsabilidade

0,97% Sente bem porém as vezes chateado por falta de reconhecimento que nem sempre é financeiro

0,97% Nunca imaginava trabalhar em uma Cooperativa

0,97% Gosta muito mas não vê como planejar a carreira aqui

GOVERNANÇA

Com boas práticas de mercado, o Banco Central vem profissionalizando o setor de crédito do cooperativismo tendo como princípios a transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Alguns pontos são determinantes para o plano estratégico de crescimento, a exemplo da obrigatoriedade do plano de sucessão organizacional e a segregação do Conselho Administrativo (estratégia) e da Diretoria Executiva (operacional).

DADOS ESTATÍSTICOS QUADRO FUNCIONAL

Gráfico 1

Quadro Funcional		
Conselheiros	11	8%
Diretores	4	3%
Empregados	112	86%
Menor Aprendiz	2	2%
Trainee	0	0%
Pessoas com Deficiência	1	1%
Estagiários	0	0%
Terceirizados	0	0%
Total	130	100%

Gráfico 2

Gênero (Empregados, Menor Aprendiz, Trainee, Pessoas com Deficiência e Estagiários)		
Mulheres	78	68%
Homens	37	32%
Total	115	100%

Gráfico 3

Estado Civil (Empregados, Menor Aprendiz, Trainee, Pessoas com Deficiência e Estagiários)		
Casado	58	50%
Solteiro	52	45%
Outros (União Estável)	1	1%
Divorciado	4	3%
Viúvo	0	0%
Total	115	100%

Gráfico 4

Faixa Etária (Empregados, Menor Aprendiz, Trainee, Pessoas com Deficiência e Estagiários)		
Até 20	2	1,7%
De 20 a 29	48	41,7%
De 30 a 39	49	42,6%
De 40 a 49	9	7,8%
De 50 a 59	6	5,2%
Acima de 60	1	0,9%
Total	115	100%

Gráfico 5

Nível de Escolaridade (Empregados, Menor Aprendiz, Trainee, Pessoas com Deficiência e Estagiários)		
Mestrado Incompleto	1	1%
Pós-Grad. / MBA - Completo	20	17%
Pós-Grad. / MBA - Incompleto	6	5%
Ensino Sup. Completo	64	56%
Ensino Sup. Incompleto	19	17%
Ensino Médio Completo	5	4%
Ensino Médio Incompleto	0	0%
Ensino Fundamental	0	0%
Total	115	100%

Gráfico 6

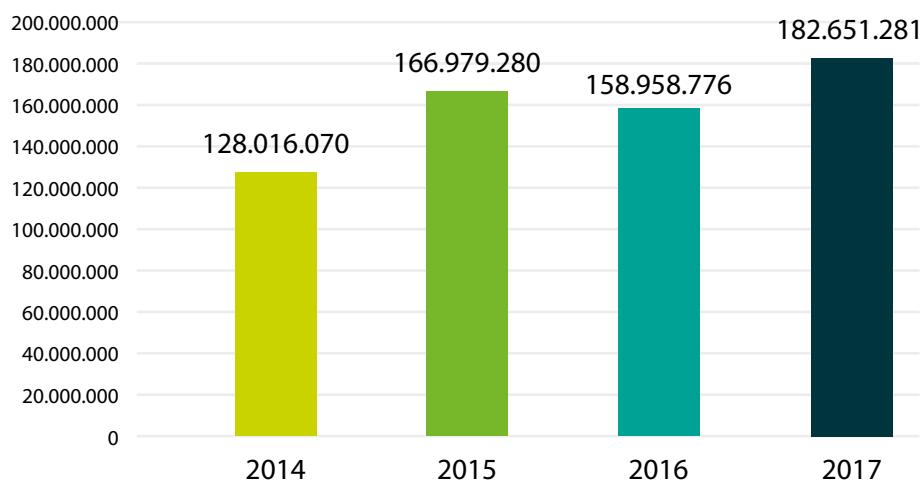
Tempo de Casa (Empregados, Menor Aprendiz, Trainee, Pessoas com Deficiência e Estagiários)		
Até 2 anos	44	38%
De 2 a 4 anos	32	28%
De 4 a 6 anos	14	12%
De 6 a 8 anos	12	10%
Acima de 8 anos	13	11%
Total	115	100%

ANÁLISE DE DESEMPENHO

O Sicoob Cocre teve em 2017, um ano marcado por números crescentes e positivos, diante da expressiva evolução em seus principais números.

Balanço do Exercício 2017

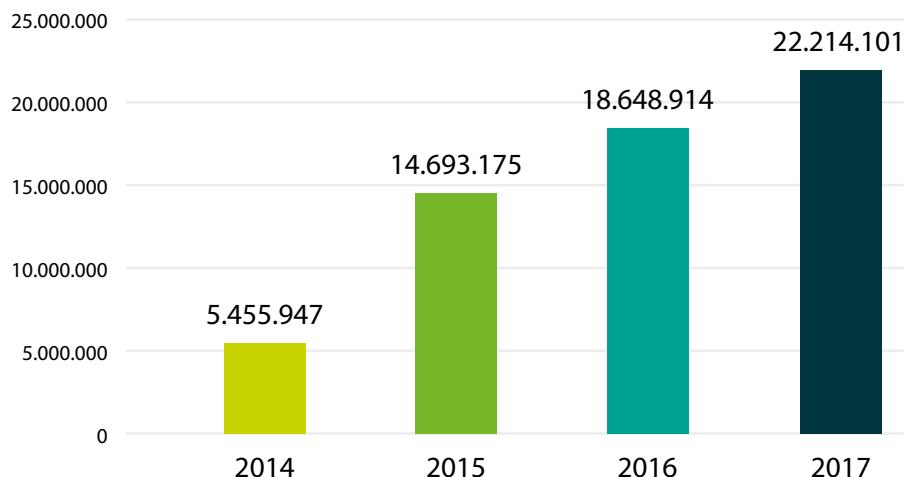
Operações de Crédito



DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS

As sobras do Exercício 2017 demonstram um aumento positivo. Veja gráfico abaixo:

Sobras do Exercício



INVESTIMENTOS EM 2017

O Sicoob Cocre investiu em reformas estruturais e em novo design em alguns Pontos de Atendimento.



Matriz Piracicaba (PA 00):
reforma com novo visual.



Araras (PA 01): mudança da unidade
para novo local.



Charqueada (PA 02): reforma
com novo visual.



Saltinho (PA 06): mudança da unidade
para novo local.



Cosmópolis (PA 07): mudança da unidade para novo local.



Rio das Pedras (PA 09): mudança da unidade para novo local.



Chavantes (PA 10): revitalização da fachada.



Piracicaba (PA 11): reforma com novo visual.



Piracicaba (PA 14): inauguração de nova unidade.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Plano de negócio, elaborado com projeções para os exercícios de 2016, 2017 e 2018. Entendemos que a cooperativa cumpriu com seu objetivo proposto para esse exercício, inclusive sendo as sobras projetadas superadas quando comparadas com a realizadas, contudo, importante destacar que nas operações de créditos, houve um crescimento razoável comparado com o exercício anterior, sendo que o não atingimento da projeção está ligado totalmente ao não atingimento da projeção das relações internfinanceiras, cujos são recursos utilizados para repasse. Atualmente a administração entende que não há necessidade de uma reavaliação do plano de negócios. (Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Crédito Cocre – SICOOB COCRE, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 29 de março de 2017 o SICOOB COCRE completou 48 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB COCRE obteve um resultado de R\$ 19.638.634 antes das destinações, representando um retorno anual de 18,15% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 10.023.155. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 182.651.281. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 65.385.136	36%
Carteira comercial	R\$ 117.266.145	64%

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 26% da carteira, no montante de R\$ 50.125.737.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 292.885.808, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 13%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 39.219.095	13%
Depósitos a prazo	R\$ 253.666.713	87%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 7% da captação, no montante de R\$ 19.904.517.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB COCRE era de R\$ 108.207.701. O quadro de cooperados era composto por 11.674 cooperados, havendo um acréscimo de 21% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COCRE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de aproximadamente 90% nos níveis de "A" a "C".

7. Plano de Negócios

No exercício de 2015 a cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à alteração estatutária para cooperativa de livre admissão, em conformidade com o disposto no artigo 12º da Resolução CMN nº 4.434/2015.

O plano de negócio, elaborado com projeções para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, vem sendo cumprido pela cooperativa, inclusive as sobras deste exercício e reserva legal superaram em mais de R\$ 2 milhões de reais a projeção, com relação a projeção das operações de crédito e relações internfinanceiras, que não foram cumpridas, pois boa parte dos recursos captados pela singular foram destinados para as disponibilidades (Aplicação financeira no mercado), o que resultou em uma alavancagem superior a projeção em mais de R\$ 60 milhões, a administração entende que o plano de negócios está sendo suprido em sua totalidade, pois a destinação de recursos para aplicação financeira e não para carteira de crédito, foi realizado acompanhando o mercado financeiro impactado pela momento socioeconômico vivido na América Latina e, principalmente no Brasil.



Acompanhamento BACEN
Projeções para livre admissão

Descrição	Projetado	Realizado - 12/2017
Disponibilidades	217.503.770	278.508.620
Operações de crédito	211.935.043	182.651.281
Outros Créditos	98.673	609.620
Bens não de uso próprio	38.267	3.412.000
Permanente	10.292.010	12.842.176
Ativo total	439.867.763	478.023.697
Depósito a vista	30.628.614	39.219.095
Depósitos remunerados	207.218.887	259.296.713
Relações interfinanceiras	87.267.371	63.386.081
Outras obrigações	8.837.139	7.914.106
Patrimônio líquido	105.915.752	108.207.702
Capital	59.148.052	56.576.537
Reservas	37.503.046	40.270.871
Sobras	9.264.654	11.360.294
Passivos totais	439.867.763	478.023.697

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na Assembléia Geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e

à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à (do Conselho de Administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2017, todos os membros efetivos do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL SÃO PAULO, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COCRE aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na inter-

net integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria do SICOOB COCRE registrou 15 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 15 reclamações, 4 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

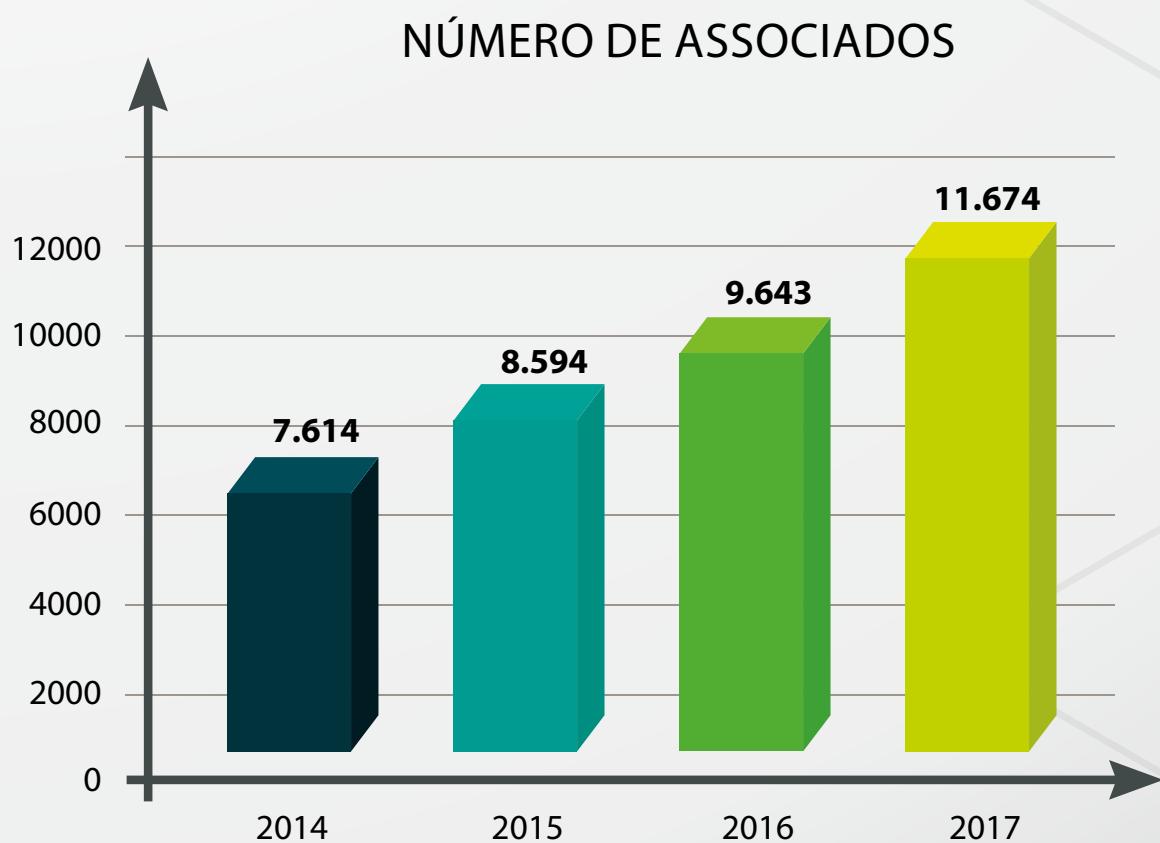
Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Piracicaba - São Paulo, 31 de dezembro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria

GRÁFICO DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS SICOOB COCRE



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em Reais

Ativo	Notas	2017	2016
Ativo Circulante			
Disponibilidade	4	2.708.109	2.657.593
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	32.043.473	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	232.785.696	258.029.525
Relações Interfinanceiras	4	10.023.155	7.470.948
Operações de Crédito	7	140.687.938	112.093.354
Outros Créditos	8	450.744	312.025
Outros Valores e Bens	9	3.570.876	126.124
Total Ativo Circulante		422.269.991	380.689.569
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	948.187	-
Operações de Crédito	7	41.963.343	46.865.423
Total Ativo Não Circulante		42.911.530	46.865.423
Permanente			
Investimentos	10	11.036.106	10.741.745
Imobilizado de Uso	11	1.806.070	1.265.985
Total do Permanente		12.842.176	12.007.730
Total de Ativos		478.023.697	439.562.722

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2017	2016
Passivo Circulante			
Depósitos e Letras de Crédito	12	292.885.808	258.264.197
Relações Interdependências	14	5.630.000	5.498.672
Obrigações por Emp. Rep. e Rel. Interfinan- ceiras	13	59.580.450	64.090.807
Obrigações sociais e estatutárias	15.1	4.237.297	3.557.257
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	15.2	954.877	734.901
Outras Obrigações	15.3	2.582.125	2.233.276
Total Passivo Circulante		365.870.557	334.379.110
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Obrigações por Emp. Rep. e Rel. Interfinan- ceiras	13	3.805.631	5.983.851
Provisões para contingências	15.4	139.807	3.579.110
Total Passivo Não Circulante		3.945.438	9.562.961
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17.1	56.576.537	51.978.720
Reservas de Lucros	17.4	40.270.871	27.090.036
Reservas Estatutárias	-	-	2.371.750
Reservas Especiais de Lucros	17.6	-	4.693.144
Sobras Acumuladas	17.3	11.360.294	9.487.001
Total do Patrimônio Líquido		108.207.702	95.620.651
Total de Passivos e Patrimônio Líquido		478.023.697	439.562.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em Reais

Descrição	Notas	2º Semestre 2017	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira		31.659.358	64.789.545	70.332.123
Resultado com operações de crédito		20.777.148	40.574.711	37.396.103
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		10.882.210	24.214.834	32.936.020
Despesas da Intermediação Financeira		(12.295.900)	(29.945.426)	(43.024.791)
Operações de captação no mercado		(10.034.292)	(22.742.060)	(29.752.343)
Operações de empréstimos e repasses		(2.855.128)	(5.829.876)	(5.468.903)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		593.520	(1.373.490)	(7.803.545)
Resultado bruto da intermediação financeira		19.363.458	34.844.119	27.307.332
Outras receitas (despesas) operacionais		(9.205.067)	(15.023.540)	(11.196.805)
Receitas de prestação de serviços		2.194.907	3.724.652	2.432.467
Despesas de pessoal		(6.840.656)	(12.226.959)	(8.271.732)
Despesas administrativas	18	(3.812.717)	(7.130.247)	(8.009.384)
Despesas Tributárias		(76.088)	(138.633)	(18.677)
Outras Receitas Operacionais	19	1.968.632	3.472.246	5.916.002
Outras Despesas Operacionais	20	(2.639.145)	(2.724.599)	(3.245.481)
Resultado operacional		10.158.391	19.820.579	16.110.527
Resultado não operacional		49.382	128.440	35.753
Resultado antes da tributação		10.207.773	19.949.019	16.146.280
Imposto de Renda e Contribuição Social		(168.907)	(310.385)	(170.588)
Imposto de Renda		(95.282)	(174.638)	(92.611)
Contribuição Social		(73.625)	(135.747)	(77.977)
Resultado antes das destinações	17.2	10.038.866	19.638.634	15.975.691
FATES - Atos não cooperativos		-	(704.811)	(164.023)
FATES - Atos cooperativos		-	(946.691)	(790.583)
Reserva Legal		-	(6.626.838)	(3.162.334)
Reserva Capital		-	-	(2.371.750)
Sobras do exercício/semestre		10.038.866	11.360.294	9.487.001
Juros sobre o capital próprio		(2.575.467)	(2.575.467)	(2.627.035)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	Capital Social	Reserva Legal	Fundo para Aumento de Capital	Reserva Especial	Sobras Acumuladas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	47.552.906	19.381.242	2.188.571	7.777.428	8.754.286	85.654.433
Destinação de Sobras 2015	1.360.806	4.867.380	-	685.010	(8.754.286)	(1.841.090)
Pagamento Juros Procapcred	-	-	-	(3.769.294)	-	(3.769.294)
Adições e Retiras de Cooperados Líquidas	(1.750.598)	-	-	-	-	(1.750.598)
Utilização de Reserva para Aumento de Capital	2.188.571	-	(2.188.571)	-	-	-
Utilização de Reserva para Fins Operacionais	-	(320.919)	-	-	-	(320.919)
Sobras do Exercício	-	-	-	-	18.602.725	18.602.725
Juros sobre Capital	2.627.035	-	-	-	(2.627.035)	-
Destinações Estatutárias e Legais						
Reserva Legal	-	3.162.333		-	(3.162.333)	-
Fundo para Aumento de Capital	-	-	2.371.750	-	(2.371.750)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(790.583)	(790.583)
FATES - Resultado Atos não Cooperativos	-	-	-	-	(164.023)	(164.023)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	51.978.720	27.090.036	2.371.750	4.693.144	9.487.001	95.620.651
Destinações conforme Assembleia						
Destinação de Sobras 2016	-	4.137.001	-	1.200.000	(9.487.001)	(4.150.000)
Pagamento Juros Procapcred	-	-	-	(5.893.144)	-	(5.893.144)
Integralização de capital	766.797	-	-	-	-	766.797
Baixa de capital	(1.071.916)	-	-	-	-	(1.071.916)
Constituição de Reserva	-	3.241.846	-	-	-	3.241.846
Utilização de Reserva para Aumento de Capital	2.371.750	-	(2.371.750)	-	-	-
Utilização de Reserva para Fins Operacionais	-	(824.850)	-	-	-	(824.850)
Sobras do Exercício	-	-	-	-	22.214.101	22.214.101
Juros sobre Capital	2.575.467	-	-	-	(2.575.467)	-
Imposto sobre juros ao capital	(44.281)	-	-	-	-	(44.281)
Destinações Estatutárias e Legais						
Reserva Legal	-	6.626.838	-	-	(6.626.838)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(946.691)	(946.691)
FATES - Resultado Atos não Cooperativos	-	-	-	-	(704.811)	(704.811)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.576.537	40.270.871			11.360.294	108.207.702

	Capital Social	Reserva Legal	Fundo para Aumento de Capital	Reserva Especial	Sobras Acumuladas	Total
Saldo em 30 de junho de 2017	53.948.662	34.468.883	-	-	9.599.766	98.017.311
Reclassificação de Reservas	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	457.462	-	-	-	-	457.462
Baixa de capital	(360.773)	-	-	-	-	(360.773)
Utilização de Reserva para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Utilização de Reserva para Fins Operacionais	-	(824.850)	-	-	-	(824.850)
Sobras do Exercício	-	-	-	-	10.038.868	10.038.868
Juros Sobre Capital	2.575.467	-	-	-	-	2.575.467
Imposto sobre juros ao capital	(44.281)	-	-	-	-	(44.281)
Destinações Estatutárias e Legais						
Reserva Legal	-	6.626.838	-	-	(6.626.838)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(946.691)	(946.691)
FATES - Resultado Atos não Cooperativos	-	-	-	-	(704.811)	(704.811)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.576.537	40.270.871	-	-	11.360.294	108.207.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em Reais

	2º Semestre de 2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercícios	12.783.240	22.524.486	18.648.914
IRPJ / CSLL	(168.907)	(310.385)	-
Provisão para Operações de Crédito	(1.594.257)	(1.939.386)	-
Provisão de Juros ao Capital	(2.575.467)	(2.575.467)	-
Depreciações e amortizações	159.499	280.076	97.126
	8.604.108	17.979.324	18.746.040
(Aumento) diminuição em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras	(22.590.329)	(32.991.660)	-
Títulos e valores mobiliários	(26.702.417)	25.243.829	(67.161.442)
Operações de crédito	16.578.990	(21.753.119)	8.020.504
Outros créditos	444.345	(138.719)	(96.498)
Outros valores e bens	(3.502.781)	(3.444.753)	(98.514)
	(35.772.192)	(33.084.422)	(59.335.950)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais			
Depósitos	35.118.563	34.621.612	45.794.525
Relações Interfinanceiras	6.490.330	13.624.843	(10.739.417)
Relações interdependências	5.629.829	131.328	(1.519.538)
Obrigações por empréstimos e repasses	(18.050.004)	(20.313.420)	10.000.768
Outras obrigações	1.481.204	(2.190.437)	1.745.312
	30.669.922	25.873.926	45.281.650
Caixa líquido das atividades operacionais			
	3.501.838	10.768.828	4.691.740

	2º Semestre de 2017	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	(97.059)	(294.361)	(313.814)
Aquisição de ativo imobilizado	(617.910)	(920.048)	(637.921)
Valor residual na baixa de imobilizado	10.762	99.887	83.923
Caixa líquido das atividades de investimento	(704.207)	(1.114.522)	(867.811)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de Sobras em conta corrente	-	(4.150.000)	(8.754.286)
Pagamento Juros Procapcred	-	(5.893.144)	(3.769.295)
Adições e Retiradas de Cooperados Liquidas	96.689	(305.119)	(1.796.787)
Destinação de Sobras	-	-	6.913.195
Constituição de reserva com passivo não realizável (AGO)	-	3.241.846	-
Utilização de Reserva para Fins Operacionais	(824.850)	(824.850)	(320.919)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES	(1.651.502)	(1.651.502)	(954.606)
JCP - Juros ao Capital	2.531.186	2.531.186	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	151.523	(7.051.583)	(8.682.698)
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	2.949.154	2.602.723	(4.858.769)
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período	9.782.110	10.128.541	14.987.310
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.731.264	12.731.264	10.128.541
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	2.949.154	2.602.723	(4.858.769)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/07/1969**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COCRE** possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARARAS - SP, CHARQUEADA - SP, IRACEMÁPOLIS - SP, SALTINHO - SP, COSMÓPOLIS - SP, RIO CLARO - SP, RIO DAS PEDRAS - SP, CHAVANTES - SP, PIRACICABA - SP, SANTA BÁRBARA D'OESTE - SP**

O **SICOOB COCRE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder

de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente -

Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

3.2) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rúbricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

3.4) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

3.5) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

3.6) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.7) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB SP e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

3.8) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

3.9) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

3.10) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.11) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

3.12) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.13) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

3.15) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

3.16) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

3.17) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.18) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.19) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2017	2016
Disponibilidade	2.708.109	2.657.593
Relações Interfinanceiras	10.023.155	7.470.948
	12.731.264	10.128.541

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração de fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da resolução CMN nº3.604/08 (Nota 3.3).

4.1. Relações Interfinanceiras

Referem-se a centralização financeira das disponibilidades liquidadas da cooperativa depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Circulante	Não Circulante	2017
Depósitos Interfinanceiros	32.043.473	948.187	
	32.043.473	948.187	
Total	32.991.660		

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Bancoob com remuneração entre 100% e 101% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	2017	2016
Títulos de Renda Fixa	232.785.696	241.432.972
Cotas de Fundo Referenciado	-	16.596.553
	232.785.696	258.029.525

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB SP, com remuneração de até 100% do CDI.

7. Operações de crédito

7.1) Composição da Carteira por Modalidade

Modalidade	Circulante	Não Circulante	31/12/17		31/12/16	
				Total		Total
Adiantamento a Depositante	469.931	-		469.931		387.669
Empréstimos	67.423.402	39.491.580		106.914.983		79.592.463
Títulos Descontados	10.900.742	-		10.900.742		14.222.130
Financiamentos	3.398.521	3.688.342		7.086.864		7.984.768
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	63.451.691	1.933.446		65.385.136		66.817.506
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.956.349)	(3.150.025)		(8.106.374)		(10.045.760)
	140.687.938	41.963.343		182.651.281		158.958.777

7.2) Movimentação da Provisão para perdas com operações de Crédito

Descrição	2017	2016
Saldo Inicial	(10.045.760)	(13.091.902)
(-) Creditos Baixados/Reversões de Prejuizo	3.173.440	4.406.127
Provisão Constituida/Revertida do Exercício	(1.234.054)	(1.359.985)
	(8.106.374)	(10.045.760)

7.3) Operações Renegociadas

Em 31 de dezembro de 2017, as operações renegociadas totalizavam R\$ 12.008.460 e estão classificadas de acordo com a resolução CMN 2.682/99.

7.4) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprést. / Tít. Desc / Ad / Cheq. Esp. / Cont. Garant.	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 2017	Provisões 2017	Total em 2016	Provisões 2016
AA	Normal	1.854.862	-	1.854.862	-	832.459	-
A 0,5%	Normal	24.570.619	1.832.919	34.524.018	(172.620)	42.125.969	(210.630)
B 1%	Normal	44.466.864	2.985.482	47.452.346	(924.232)	81.568.954	(815.690)
B 1%	Vencidas	144.588	-	178.408	(1.785)	1.871.326	(18.713)
C 3%	Normal	31.685.260	1.903.505	43.612.133	(1.308.364)	18.691.787	(560.754)
C 3%	Vencidas	169.307	11.457	376.687	557.451	1.169.453	(35.084)
D 10%	Normal	2.668.189	75.234	3.801.138	(380.114)	3.034.519	(303.452)
D 10%	Vencidas	1.130.879	1.870	1.132.749	(113.275)	3.222.666	(322.267)
E 30%	Normal	8.990.775	-	8.990.775	(2.697.233)	9.995.709	(2.998.713)
E 30%	Vencidas	426.445	221.283	766.163	1.413.891	1.767.941	(530.382)
F 50%	Normal	206.919	-	206.919	(103.460)	253.250	(126.625)
F 50%	Vencidas	26.383	22.669	-	49.052	(24.526)	154.305

Nível / Percentual de Risco / Situação		Emprést./Tít. Desc / Ad / Cheq. Esp., / Cont. Garant.	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 2017	Provisões 2017	Total em 2016	Provisões 2016
G	70%	Normal	98.653	-	-	98.653	(69.057)	14.364
G	70%	Vencidas	145.246	-	-	145.246	(101.672)	885.303
H	100%	Normal	997.588	32.445	16.249	1.046.282	(1.046.282)	1.115.288
H	100%	Vencidas	703.078	-	19.785	722.863	(722.863)	2.301.244
Total Normal		115.539.729	6.829.585	64.188.681	186.557.995	(6.701.362)	157.632.299	(6.141.206)
Total Vencido		2.745.926	257.279	1.196.455	4.199.660	(1.405.012)	11.372.238	(3.904.554)
Total Geral		118.285.655	7.086.864	65.385.136	190.757.655	(8.106.374)	169.004.537	(10.045.760)
Provisões		(6.717.725)	(214.343)	(1.174.306)	(8.106.374)			(10.045.760)
Total Líquido		111.567.930	6.872.521	64.210.830	182.651.281			158.958.777

7.5) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	14.840.584	45.051.542	39.459.335	99.351.461
Titulos Descontados	10.445.475	455.266		10.900.742
Financiamentos	1.120.407	2.278.114	3.688.342	7.086.864
Financiamentos Rurais	2.032.945	61.418.745	1.933.446	65.385.136
Total	28.439.412	109.203.668	45.081.123	182.724.202

Não inclui cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante.

7.6) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/17	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	846.426	18.338.787	1.994.397	-	21.179.609	11%
Setor Privado - Indústria	622.010	11.677.395	1.518.243	-	13.817.649	7%
Setor Privado - Serviços	2.960.890	29.065.253	4.338.754	-	36.364.897	19%
Pessoa Física	2.881.257	27.604.381	2.060.965	60.420.549	92.967.151	49%
Outros	722.870	19.752.508	988.384	4.964.588	26.428.349	14%
Total	8.033.453	106.438.324	10.900.742	65.385.136	190.757.655	100%

7.7) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/17	% Carteira Total	31/12/16	% Carteira Total
Maior Devedor	10.019.897	5,00%	4.309.609	3,00%
10 Maiores Devedores	50.125.737	26,00%	28.402.036	17,00%
50 Maiores Devedores	92.986.338	49,00%	68.411.724	40,00%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	2017	2016
Impostos e Contribuições a compensar	162.046	108.235
Rendas a receber	168.148	125.036
Avais e fianças honrados	66.414	52.659
Adiantamentos e antecipações salariais	18.002	35.418
Títulos e créditos a receber	8.127	9.362
Devedores diversos - país (a)	80.374	9.845
Adiantamento para despesas diversas	2.821	14.000
Outros	-	300
(-) Provisão para outros créditos	(55.188)	(42.830)
Ativo Circulante	450.744	312.025

(a) Em Devedores Diversos estão registrados basicamente valores referentes às pendências a regularizar: Contábil (R\$ 72.582) e Bancoob (R\$ 6.270).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Outros valores e bens

Descrição	2017	2016
Bens não de Uso Próprio	3.412.000	-
Despesas Antecipadas	158.876	126.124
	3.570.876	126.124

9.1) Bens não de uso

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação.

9.2) Despesas Antecipadas

Registraram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, como por exemplo prêmios de seguros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB SP e ações do BANCOOB.

Descrição	2017	2016
Cooperativa de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO	10.072.934	9.940.772
Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB	963.172	800.973
11.036.106		10.741.745

11. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo

Descrição	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/16
CUSTO CORRIGIDO				
Móveis e Equipamentos	1.158.255	482.341	(12.979)	688.893
Sistema de process. Dados	957.188	301.154	(8.799)	664.833
Sistema de segurança	263.116	78.650	(29.550)	214.016
Sistema de transporte	210.287	57.903	(190.732)	343.116
Total	2.588.846	920.048	(242.060)	1.910.858
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA				
(-) Depreciação móveis e equipam. 10%	(225.084)	(74.002)	11.340	(162.422)
(-) Depreciação sist. process. Dados 10%	(428.960)	(135.345)	7.570	(301.185)
(-) Depreciação sist. segurança 10%	(71.044)	(15.872)	22.253	(77.425)
(-) Depreciação sist. transporte 20%	(57.688)	(54.857)	101.010	(103.841)
Total	(782.776)	(280.076)	142.173	(644.873)
Total Geral	1.806.070	639.972	(99.887)	1.265.985

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	2017	2016
Depósito à vista	R\$ 39.219.095	R\$ 29.575.370
Depósito sob aviso	R\$ 7.640.778	R\$ 9.687.279
Depósito a prazo	R\$ 234.255.123	R\$ 218.951.318
Letras de Credito do Agronegócio - LCA	R\$ 11.770.812	R\$ 50.230
	R\$ 292.885.808	R\$ 258.264.197

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	19.904.517	7,00%	11.049.129	4,00%
10 Maiores Depositantes	59.589.431	21,00%	61.770.038	24,00%
50 Maiores Depositantes	103.300.163	37,00%	102.973.510	40,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(878.690)	(1.316.934)
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.946.900)	(28.043.113)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(496.935)	(229)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(419.535)	(392.067)
Total	(22.742.058)	(29.752.343)

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses e por Relações Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são o caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	67.364.306	53.130.256
Obrigações por empréstimos e repasses – Banco do Brasil	-	20.202.081
Securitização	42.529	153.868
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(4.020.754)	(3.411.547)
TOTAL	63.386.081	70.074.658

14. Relações Interdependências

Basicamente são recursos de terceiros que estão com a cooperativa em cheques administrativos para posterior liquidação aos associados, por sua ordem.

15. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Sociais e Estatutárias		
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	3.461.826	2.702.681
Cotas de capital a pagar (b)	775.471	854.576
4.237.297		3.557.257
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições a recolher (a)	954.877	734.901
Outras obrigações		
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (a)	576.279	585.166
Provisão para pagamento a efetuar (b)	1.625.095	1.389.011
Provisão garantias prestadas (c)	262.419	145.587
Credores diversos - País (d)	118.332	113.512
7.774.299		6.525.434

15.1) Sociais e Estatutárias

a) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Cotas de capital a pagar

Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2) Fiscais e Previdenciárias

a) Impostos e Contribuições a Recolher

Referem-se aos impostos e contribuições sobre folha, prestação de serviços de terceiros, imposto de renda e imposto sobre operações financeiras.

15.3 Outras Obrigações

a) Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento

Trata-se de conta salários mantidos por colaboradores de entidades associadas ao SICOOB COCRE.

b) Provisão para pagamentos a efetuar

Rúbrica destinada a contabilização de provisão sobre despesas de pessoal e provisão para despesas administrativas.

c) Provisão para Garantias Prestadas

Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 21.375.999 (R\$ 20.295.986 em 31/12/2016), referentes ao aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

d) Credores Diversos

Basicamente está composta por pendências que serão posteriormente regularizadas.

15.4 Provisão para Contingências

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2017	2016
Trabalhistas	37.865	117.822
Cíveis	101.942	219.442
Cíveis	-	3.241.846
	139.807	3.579.110

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COCRE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 251.310. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COCRE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

17.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	2017	2016
Número de cooperados	11.674	9.643
Capital Subscrito	56.576.537	51.978.720
Valor da cota-partes	1,00	1,00

17.2) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobras 1º Semestre	9.599.768	10.112.847
Sobras 2º Semestre	10.038.866	5.862.843
Sobras Brutas	19.638.634	15.975.690
FATES Atos Não Cooperativos	(704.811)	(164.023)
Resultado	18.933.823	15.811.668
Fundo De Reserva 35%	(6.626.838)	(3.162.334)
FATES 5%	(946.691)	(790.583)
Fundo Aumento Capital	-	(2.371.750)
Total Destinação Estatutária	(7.573.529)	(6.324.667)
Sobras à disposição da AGO	11.360.294	9.487.001

17.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a lei 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, 31 de dezembro de cada ano, as sobras líquidas são apuradas e tem a seguinte destinação:

5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinando a atividades educacionais, a prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

35% para a Reserva Legal (fundo de reserva), cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades

Além dessas destinações, a lei 5.764/71 prevê:

(a) Que os resultados positivos das operações com não cooperados serão destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.

(b) Que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da reserva Legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados.

(c) Que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2017, os cooperados deliberaram sobre as sobras à disposição da AGO do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na seguinte forma, o montante de R\$ 1.200.000 para Reserva Especial, R\$ 4.137.001 para Reserva Legal e R\$ 4.150.000 para crédito em conta corrente, distribuído pela fração de participação de cada associado na soma dos saldos médios em aplicações e depósitos à vista.

17.4) Reserva Legal

17.4.1) Utilização da Reserva Legal

Baseado no artigo 28 da lei 5.764/71 a cooperativa destinou parte da sua reserva para efetuar manutenção e dos Pontos de Atendimento localizados nas cidades de Araras (R\$ 171.087), Charqueada (R\$ 14.385), Saltinho (R\$ 84.098), Cosmópolis (R\$ 27.765) Rio das Pedras (R\$ 170.290), Piracicaba II (R\$ 12.383), Santa Barbara d'Oeste (R\$ 490) e inauguração do Ponto de Atendimento Piracicaba IV (R\$ 344.352).

17.4.2) Destinação Específica

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi apresentado o ponto de ressalva do relatório dos auditores independentes (PriceWaterhouseCoopers), onde foi explicado aos presentes que a cooperativa constituiu provisão para passivo contingente de junho/2006 a abril de 2017 para riscos fiscais, com base em autuações de outras singulares ocorrido no mesmo período, tendo em vista que a cooperativa mantinha aplicações junto ao Banco do Brasil S/A, para captação de repasse rural a nossos associados. Dessa forma tomou-se a decisão de constituir provisionamento. Seguindo orientação da auditoria independente e deliberação da Assembleia Geral Ordinária a cooperativa registrou 100% (cem por cento) do saldo em Reserva Legal.

17.5) Pagamento Juros Sobre Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi 50% do valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

17.6) PROCAPCRED

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi apresentado o ponto de ressalva da auditoria independente, onde a cooperativa constituiu fundo específico em Assembleia Geral Ordinária de 26 de fevereiro de 2010 para pagamento do PROCAPCRED, e em assembleia realizada em 20 de março de 2014, foi aprovado o regulamento do PROCAPCRED esclarecendo que as operações contraídas até aquela data seriam pagas pelo fundo constituído. Nesse sentido seguindo as orientações dos auditores independentes, a cooperativa realizou a liquidação do PROCAPCRED em 16 de maio de 2017.

18. Despesas Administrativas

A despesa administrativa tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Despesas de Água, Energia e Gás	(59.549)	(45.678)
Despesas de Aluguéis	(400.070)	(255.776)
Despesas de Comunicações	(638.579)	(514.057)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(206.208)	(317.094)
Despesas de Honorários	-	(2.038.180)
Despesas de Depreciação	(358.438)	-
Despesas de Material	(210.126)	(124.492)
Despesas de Processamento de Dados	(699.241)	(465.201)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(113.749)	(44.195)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(195.398)	(160.299)
Despesas de Publicações	(1.700)	(1.480)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-
Despesas de Seguros	(156.920)	(117.427)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(810.118)	(1.059.162)
Despesas de Serviços de Terceiros	(706.954)	(448.370)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(942.909)	(800.095)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(215.367)	(265.466)
Despesas de Transporte	(367.349)	(286.396)
INSS Terceiros	-	(2.361)
Despesas de Viagem ao Exterior	(10.338)	(506)
Despesas de Viagem no País	(109.010)	(74.546)
Outras Despesas Administrativas	(928.224)	(988.603)
	(7.130.247)	(8.009.384)

19. Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais estão assim constituídas:

Descrição	2º Semestre 2017	2017
Outras Rendas Operacionais	1.580.095	2.620.842
Recuperação de Encargos e Despesas	72.367	132.058
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	316.171	719.347
1.968.632		3.472.247

20. Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais estão assim constituídas:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depreciação	-	(181.048)
Desp. de Imposto s/ Serv. de Qualquer Natureza - ISS	-	(1.534)
Despesas de Contribuição ao Cofins	-	(29.626)
Despesas de Contribuição ao PIS/Pasep	-	(50.354)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(17.215)
Despesas de Juros ao Capital	(2.575.468)	(2.673.224)
Despesas de Recursos do Proagro	-	(11)
Outras despesas Operacionais	(149.131)	(292.471)
	(2.724.599)	(3.245.483)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.583.988	0,95%	23.470
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	590.164	0,12%	2.046
TOTAL	5.174.152	1,07%	25.516
Montante das Operações Passivas	6.196.331	2,05%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Dúvida)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.280	43	0%
Conta Garantida	33.760	537	1%
Crédito Rural	3.307.914	25.377	5%
Empréstimo	359.552	3.445	0%
Financiamento	29.114	146	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	362.685	0,93%	0%
Depósitos a Prazo	3.958.968	1,56%	0,51%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Empréstimos	2,11%
Financiamento	1,3%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,16%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017

Empréstimos e Financiamentos	0,26%
Credito Rural (modalidades)	0,97%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	6.793.100
Empréstimos e Financiamentos	3.460.000

No exercício de 2017, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(1.242.000)
Plano de Saúde	(12.299)

No decorrer do exercício não houve aquisições, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

22. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB SP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB SP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COCRE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB SP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB SP**:

Principais saldos	2017	2016
Ativo circulante		
Relações Interfinanceiras	10.023.155	7.470.948
Títulos e valores mobiliários	232.785.696	241.432.972
Ativo não circulante		
Investimentos	10.072.934	9.940.772
Principais operações		
Resultado		
Relações Interfinanceiras	719.347	1.010.982
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22.807.384	30.799.529
Distribuição de Sobras	325.687	516.417
Juros sobre capital próprio	804.803	773.264

23. Gerenciamento de Risco

23.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Cocre objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8º Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Cocre aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Cocre possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Cocre objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Cocre aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Cocre possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Cocre objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Cocre aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo que em 31 de dezembro com 2017 os índices estavam dentro dos limites legais.

26. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade complementar patrocinada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 6% do salário.

27. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Cocre - SICOOB COCRE
Piracicaba/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Cocre - SICOOB COCRE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Cocre - SICOOB COCRE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 17.4.2 e nº 17.6 às demonstrações contábeis, que descrevem os efeitos das regularizações dos assuntos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram objeto de ressalva no relatório dos auditores independentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Cocre - SICOOB COCRE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 28 de abril de 2017 com uma opinião com ressalvas sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE – SICOOB COCRE, com sede à Avenida Comendador Luciano Guidotti, 1937, Piracicaba – SP, inscrita no CNPJ 54.401.286/0001-46, no desempenho de suas funções definidas na legislação, no Estatuto Social e Regimento Interno vigentes, procederam ao exame e análises do Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantadas em 31 de dezembro de 2017, bem como, as respectivas notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes emitido em 1^a de março de 2018. O Conselho Fiscal opina no sentido de ordem legal, favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, de modo a estarem em condições de serem submetidas para aprovação dos associados na Assembleia Geral.

José Francisco Chinelato
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

Fabricio de Almeida Cezarin
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

Celia Regina Zanin
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO



Av. Comendador Luciano Guidotti, 1.937
Caxambú • Piracicaba/SP
(19) 3052.9900 • www.cocre.com.br